



Fraude em contrato da EBC é descaso com o dinheiro público, condenam tucanos

Deputados e senadores tucanos classificaram como graves as fraudes apontadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em licitação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). De acordo com reportagem do jornal "O Estado de S. Paulo", auditoria do TCU aponta uma série de irregularidades, inclusive uso de documento falso e favorecimento, na licitação para contratação da Tecnet Comércio e Serviço Ltda. A empresa, na qual trabalha Cláudio Martins – filho do ex-ministro da Comunicação Social Franklin Martins – foi contratada por R\$ 6,2 milhões após uma licitação-relâmpago de apenas 15 dias no final de 2009.

Segundo o TCU, a Tecnet não poderia disputar a licitação, nem a EBC deveria ter aceitado a sua participação. De acordo com o jornal paulista, que havia denunciado em setembro do ano passado as fraudes na contratação, houve uso de documento falso para comprovar que a Tecnet atendia aos requisitos da concorrência e favorecimento ilegal no processo licitatório.

"Sem poder superfaturar seus índices de audiência, a TV Brasil superfatura seus custos e a população que não vê paga por isso. É muito descaso com o dinheiro público", condenou o senador **Alvaro Dias (PR)**, líder do PSDB no Senado.

"Sem poder superfaturar seus índices de audiência, a TV Brasil superfatura seus custos e a população que não vê paga por isso."

■ **Alvaro Dias (PR)**, líder do PSDB no Senado

O deputado **Eduardo Azeredo (MG)** cobrou providências e investigação detalhada das irregularidades cometidas no processo de contratação da empresa para cuidar do sistema de arquivos digitais da TV Brasil. "É uma denúncia grave sobre uma área que levantou suspeita no governo passado. Esse risco de ter havido um apadrinhamento e irregularidades está se mostrando como algo real. É preciso que se faça a verificação e punição necessária, pois é o TCU quem está dizendo isso. Isso mostra que o governo chegou a um ponto de desprezo total pelas regras mais simples", alertou Azeredo.

O Tribunal de Contas também destaca a rapidez por parte da EBC, que realizou o pregão, às pressas, no dia 30 de dezembro de 2009. O relatório afirma que a contratação da Tecnet, fechada no dia seguinte, "prescindiu

de planejamento prévio adequado". De acordo com a lei 8.666, que regula a contratação de obras e serviço no setor público, as ações só poderão ser licitadas quando houver previsão de recursos orçamentários. Documentos liberados pela EBC mostram que não havia verbas e a suplementação só foi feita no dia 29 de dezembro, às vésperas do pregão.

Para João Campos, Executivo não faz nada para tentar reduzir acidentes e mortes nas rodovias federais

O deputado **João Campos (GO)** lamentou nesta quinta-feira (10) o aumento de acidentes e mortes nas rodovias federais durante o carnaval deste ano. O número de mortes nas estradas chegou a 213, um aumento de 47,9% em relação ao ano passado, de acordo com os dados da Polícia Rodoviária Federal (PRF). Em 2010, a PRF registrou 143 mortes durante o mesmo período. Além disso, segundo reportagem do jornal "Folha de S. Paulo", após mais de três anos de atraso e uma disparada de mortes neste feriado, as rodovias federais devem receber a partir deste mês a prometida leva de lombadas eletrônicas e radares fixos para tentar reduzir os acidentes.

De acordo com a "Folha", lombadas do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) foram desligadas em 2007 e, desde então, o controle de velocidade enfrenta deficiências. A contratação de 2.696 equipamentos para flagrar excesso de velocidade, avanço de semáforo vermelho e parada sobre

a faixa de pedestre foi firmada pelo Dnit em dezembro de 2010. O funcionamento deles, porém, só está previsto para começar nos próximos dias.

Para o deputado, a interrupção dos serviços é o principal agravante para os acidentes e mortes nas estradas. O tucano ressaltou que nessa época é que os equipamentos deveriam funcionar com mais eficiência. "Qual é a iniciativa do governo para prevenir os acidentes nas rodovias? Por isso, tivemos esse resultado alarmante e preocupante. Espero que isso sirva de alerta para o governo. Se o equipamento tivesse sido instalado, vidas poderiam ter sido salvas", ressaltou.



Dados do Dnit já apontaram redução de 69% de mortes onde houve a instalação das lombadas dez anos atrás. Após elas serem desligadas, duas tentativas de novas contratações fracassaram. A última licitação foi lançada em 2009 e previa os radares em fevereiro de 2010, mas só agora eles vão operar.

Mendes Thame: Planalto distorce números de assentados para esconder paralisação da reforma agrária

O deputado **Antonio Carlos Mendes Thame (SP)** apresentou requerimento ao ministro do Desenvolvimento Agrário, Afonso Florence, solicitando informações sobre o Programa Nacional de Reforma Agrária. Segundo reportagem do jornal "O Estado de S. Paulo", o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) infla os números de assentados. Os dados sobre assentamentos no governo Lula incluem famílias que já produziam na zona rural ou que ocuparam lotes abandonados. Pelos números do Incra, 48,3 milhões de hectares de terras foram incorporados às áreas de assentamentos e 614 mil famílias ganharam lotes rurais no período de 2003 a 2010.

Mas um estudo do geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira, pesquisador e professor de pós-graduação

da USP, contesta o balanço do governo petista. Com dados acumulados de 2003 a 2009, Oliveira verificou que quase um terço (26,6%) das famílias assentadas por Lula é, na verdade, constituído por famílias que já viviam e produziam na zona rural, mas sem título de propriedade. O trabalho do governo foi dar-lhes o título e incluí-las nos programas de apoio à agricultura familiar.

Para o deputado, há um erro conceitual na política adotada pelo governo petista. "Essas informações mostram que a reforma agrária no país parou. A reforma hoje no governo do PT tem sido a das invasões. Incita-se os sem-terra a invadirem propriedades. E isto aparentemente não tem custo para o governo", condenou o tucano.  

38%

das 924 mil famílias instaladas nas fazendas desapropriadas não conseguem obter sequer um salário mínimo de renda por mês. A situação nos assentamentos é de penúria, pois 58% não têm estradas de acesso razoáveis, 56% não têm energia elétrica e apenas 5% dos colonos possuem 2º grau completo.



Desvios no Incra revelam incompetência do governo na gestão dos assentamentos rurais, afirmam deputados

A tentativa do governo de realizar mudanças para frear o aparelhamento e os desvios no Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) foi considerada pelo deputado **Reinaldo Azambuja (MS)** como a constatação da incompetência do Executivo neste setor. Reportagem do jornal "O Estado de S. Paulo" mostra que, só depois de oito anos de gestão petista, o Planalto estuda mudanças na estrutura administrativa do órgão para obter maior controle sobre suas superintendências regionais, cujos chefes – quase todos, nomeados por indicações de políticos – têm sido permanente fonte de dor de cabeça para o governo do PT.

"Isso mostra uma falta total de competência. É o aparelhamento político de um instituto que deveria trabalhar para fazer a boa reforma agrária, mas que hoje tem seus assentamentos transformados em um grande comércio. Tardiamente percebem que isso está desconfigurando todo o programa de acesso à terra", apontou Azambuja. O tucano lembra que em seu estado o chefe regional do órgão, Waldir Cipriano

Neto, foi afastado no ano passado por acusações de desvios e venda indiscriminada de lotes. Segundo a reportagem do jornal paulista, Cipriano Neto foi envolvido na Operação Tellus, investigação da Polícia Federal (PF) que descobriu um esquema de venda de lotes e fraude na escolha de fornecedores de produtos e serviços para assentamentos.

Em cinco anos, o esquema, do qual o superintendente foi acusado de participar, causou uma sangria de quase R\$ 200 milhões nos cofres públicos.

O deputado **Rui Palmeira (AL)** tem a mesma opinião. O tucano busca apoio para a criação de uma CPI para investigar a venda ilegal de imóveis da reforma agrária e acredita que o primordial é acabar com o aparelhamento político no instituto. "Há uma omissão criminosa por parte do Incra nessa questão da venda de lotes. É algo chocante e que desmoraliza todo o processo. Em Alagoas surgem denúncias diárias e nenhuma atitude é tomada. Todos esses lotes estão sendo negociados e não cumprem, nem de longe, sua função social", alertou Palmeira.  

Leia também em nosso blog:

- Alvaro Dias quer saber se Ministério da Educação corrigiu falhas no Prouni
- Direto do Twitter, com os deputados Antonio Carlos Mendes Thame (SP), Paulo Abi-Ackel (MG) e Mara Gabrilli (SP) e os senadores Alvaro Dias (PR) e Lúcia Vânia (GO)
- Direto do Plenário, com os senadores Aloysio Nunes Ferreira (SP) e Alvaro Dias (PR)

EXPEDIENTE - Câmara dos Deputados - Anexo II, sala 131 CEP 70160-900 Brasília (DF) ■ Telefone: (61) 3215-9351 ■ Fax: (61) 3215-9350

■ Coordenador de redação / Editor: Marcos Côrtes ■ Subeditor: Lúcio Lambranhó ■ Reportagem: Alessandra Galvão, Artur Filho, Djan Moreno e Letícia Bogéa ■ Diagramador: Francisco Maia ■ Op. de áudio: Elyvio Blower

As notas com conteúdo adicional no blog estão identificadas com , enquanto aquelas com boletim de rádio disponível em nosso site têm o símbolo 

e-mail: diariotucano@camara.gov.br Blog: <http://www.blogpsdb.com.br> Twitter: <http://www.twitter.com/diariotucano>